

Pós-Graduação e Geopolítica do Conhecimento: A Formação de Sociólogos Brasileiros no Exterior durante a Ditadura Militar (1964-1985)

Matheus Ribeiro¹

Resumo

Este artigo aproxima a história das ciências sociais brasileiras das discussões sobre geopolítica do conhecimento ao analisar a formação pós-graduada de sociólogos brasileiros no exterior durante a ditadura militar. Com base em dados de 176 pesquisadores, examinam-se países de destino, financiamentos e temas de pesquisa. Entre 1964 e 1975, os EUA se apresentam como principal destino, com destaque inicial para o apoio contínuo da Fundação Ford seguido, posteriormente, da ascensão francesa após 1975. Embora o Estado tenha buscado maior autonomia científica a partir de 1975, com o fortalecimento da CAPES e do CNPq a partir do I PNPq, a dependência institucional com o exterior persistiu. Entre os temas de pesquisa destacam-se modernização, desenvolvimento e sociologia rural, sugerindo de forma indiciária a aderência a uma sociologia da modernização. Compreende-se o campo sociológico nacional como tensionado entre dependência e autonomia, reforçando a importância de compreender sua formação histórica frente às assimetrias globais.

Palavras Chaves: Geopolítica do conhecimento; Pós-Graduação; Sociologia da sociologia; História das ciências sociais; Ditadura militar

¹ Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).
E-mail: matheus.sociologia.unb@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9757-0864>. Este trabalho contou com financiamento do CNPq e Capes durante a realização do curso de doutorado do autor.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I. Introdução

A posição das ciências sociais brasileiras no interior das assimetrias acadêmicas globais tem sido objeto de crescente análise crítica. A condição periférica do país na geopolítica do conhecimento revela-se em indicadores concretos, como a escassez de publicações em veículos estrangeiros e a baixa repercussão de autores nacionais no exterior. Observa-se, ainda, uma inclinação à reprodução de cânones do Norte Global, em detrimento da disputa ou do tensionamento de teorias consagradas. O exame da produção em teoria social no Brasil, especificamente no período de 2010 a 2019, descortina um cenário de persistente extroversão, visto que estudos recentes apontam que cerca de 81% dos trabalhos publicados em revistas de ciências sociais se restringiriam a comentar ou aplicar teorias estrangeiras, procedentes majoritariamente de Estados Unidos, França e Inglaterra (Ribeiro, 2022; Rosa; Ribeiro, 2021). Tal constatação ratifica o diagnóstico de Costa (2010) acerca da escassez de esforços voltados à intervenção autônoma ou à proposição de novos debates disciplinares. Essa deferência a cânones estrangeiros não constitui um fenômeno isolado, mas reflete uma trajetória histórica consolidada: já na década de 1990, as investigações apontavam que 70% dos autores mais discutidos em teses nacionais eram de origem francesa ou alemã (Vianna; Carvalho; Melo, 1994; Melo, 1997; Vianna, 1998). Essa hegemonia perpetua-se e cristaliza-se na deferência ao uso de determinados autores como Pierre Bourdieu, cuja proeminência é atestada tanto pela liderança de citações na revista *Dados* no quinquênio 2011–2015 (Campos; Feres Júnior; Guarnieri, 2017) quanto por sua presença em 12,6% da totalidade dos artigos de Ciências Sociais na SciELO Brasil entre 1999 e 2018 — patamar próximo ao de outros autores de destaque do Norte Global como Michel Foucault, Max Weber e Jürgen Habermas (Campos; Szwako, 2020).

Como consequência, a hegemonia da teoria Euro-Americana sobre o campo das ciências sociais brasileiras tem ensejado críticas diversas, majoritariamente interessadas em romper com laços de dominação no âmbito intelectual e cultural, além de promover uma produção nacional menos extrovertida (Bringel; Domingues, 2015)(Bringel; Domingues, 2015). Inspirados por debates ensejados por intelectuais que discutem

a geopolítica do conhecimento (Alatas, 2015; Connell, 2020; Mignolo, 2012; Quijano, 2000), produções críticas brasileiras têm buscado formas de reposicionar a tradição intelectual nacional, construindo paralelos com experiências anti-hegemônicas transperiféricas (Maia, 2014; Rosa, 2019) e reivindicando o potencial nacional na produção de teoria social (Lynch, 2013; Miglievich-Ribeiro; Romera, 2018).

Contudo, a insurgência contra as assimetrias de poder no campo epistêmico não constitui um fenômeno recente; ao contrário, trata-se de um traço genealógico que perpassa a própria fundação das ciências sociais brasileiras e latino-americanas. Essa vigilância crítica manifesta-se vigorosamente, por exemplo, nas formulações de Guerreiro Ramos no livro *A Redução Sociológica*, que se opôs à importação acrítica do que chamava de “sociologia enlatada” do exterior. Ramos denunciou o caráter mimético e descontextualizado da produção acadêmica local, alertando que tal submissão teórica inviabilizava a construção de um saber autônomo e genuinamente nacional. Todavia, a recusa à dependência intelectual possui raízes ainda mais profundas e precoces: já em 1905, na obra *A América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim diagnosticava a artificialidade da inteligência das elites brasileiras. Ao atacar a “cultura livresca” e o verbalismo dos bacharéis, Bomfim expôs as fragilidades de uma elite que operava mediante a transposição mecânica de conceitos estrangeiros — ferramentas que, por serem alheias à nossa formação histórica, mostravam-se incapazes de decifrar a complexidade da realidade nacional.

A dependência acadêmica das ciências sociais brasileiras em relação às matrizes euro-americanas imbrica-se indissociavelmente à gênese institucional de nosso campo. A historiografia da área documenta como a influência francesa — determinante na USP, UDF e Universidade do Brasil — e a norte-americana — central na ELSP — consolidaram laços estruturais com o Norte Global (Liedke Filho, 2005; Massi, 1989; Miceli, 1989). Embora essa literatura tenha mapeado com exímia qualidade as condições de emergência (Cigales, 2019; Chacon, 2008; Miceli, 1989), as trajetórias intelectuais (Jackson; Blanco, 2014; Miceli, 2001), as tensões com o Estado (Almeida, 1989; Oliveira, 1995; Maior, 2009; Schwartzman, 1982), a institucionalização da pós-graduação (Trindade, 2023; Coelho;

Bandeira; Veloso, 2016; Valle, 2020) e a recepção de teorias estrangeiras (Camargo, 2014; Ortiz, 2013), nota-se ainda uma lacuna significativa: escasseiam análises que destaquem, com a devida centralidade, as assimetrias globais subjacentes à institucionalização das ciências sociais brasileiras.

Dito isso, o presente artigo debruça-se sobre o período da ditadura militar com o intuito de suprir essa lacuna na literatura, examinando a formação de sociólogos brasileiros à luz das assimetrias geopolíticas globais, contexto em que a hegemonia euro-americana se revelou determinante para a estruturação do nosso sistema de pós-graduação.

Pressionado pelas demandas das classes médias (Bomeny, 1994; Martins, 2002; Motta, 2014) e pelos imperativos do crescimento econômico (Skidmore, 1994), o regime militar brasileiro pautou a institucionalização e reforma do ensino superior nos anos 1960, rejeitando o diálogo estudantil e alinhando-se a soluções tecnocráticas que aproximavam o país dos Estados Unidos (Motta, 2014). Essa reestruturação, guiada pela lógica empresarial no Relatório *Atcon* e operacionalizada pelos Acordos MEC/USAID, integrou-se à estratégia de influência estadunidense na Guerra Fria, remodelando a pós-graduação nacional por meio da importação de *know-how* e da concessão de bolsas para formação no exterior (Cunha, 2007).

A implementação da Reforma Universitária de 1968, sob a condução de Newton Sucupira, suscitou intensas controvérsias acerca do grau de interlocução do novo desenho institucional com os paradigmas norte-americanos. Se, por um lado, buscava-se a modernização do ensino, por outro, acadêmicos como Juarez Brandão Lopes (1977) alertavam que a adoção de determinados modelos tendia a reforçar a dependência externa, demandando a importação de recursos humanos ou a formação de quadros nos Estados Unidos. Essa percepção de incongruência foi ecoada por Paula Filho (1976) e Hamburger (1979), que descreveram a transposição de lógicas exógenas — a exemplo do sistema de créditos — como a inserção de um ‘corpo estranho’, dissonante da tradição cultural e das necessidades locais. O próprio Sucupira (1979), em retrospectiva, reconheceria as externalidades desse processo, admitindo que a ciência nacional acabara por reproduzir, em certa medida, agendas de pesquisa desconectadas das

urgências brasileiras. Tais tensões evidenciam, portanto, que o período ditatorial constituiu um laboratório complexo, onde a estruturação do conhecimento não se deu isoladamente, mas permeada por disputas sobre autonomia e influência geopolítica.

A partir do interesse de que é necessário articular a historiografia das ciências sociais brasileiras aos debates sobre a geopolítica do conhecimento, conferindo-lhes, principalmente, maior lastro empírico, este estudo examina a formação de pós-graduandos nacionais no exterior durante a ditadura militar. Esta escolha se justifica tanto pela escassa exploração da geração intelectual formada após o foco histórico tradicional (décadas de 1930 a 1960) quanto pela realização de reformas estruturais nesse regime, que moldaram decisivamente o sistema de pós-graduação subsequente. Para conferir precisão à análise, o estudo delimitou o objeto de investigação à formação internacional de sociólogos(as) brasileiros, permitindo uma sondagem aprofundada em um ramo específico do desenvolvimento da academia nacional.

Desse modo, o artigo propõe estudar a influência da geopolítica do conhecimento sobre o perfil e os condicionantes da formação internacional desses agentes, buscando responder à seguinte questão: em que medida a realização de cursos de pós-graduação por sociólogos(as) brasileiros no exterior, durante a ditadura militar, expressa as desigualdades de poder que caracterizam a geopolítica do conhecimento?

2. Metodologia

Visando responder à pergunta de investigação, esta pesquisa foi iniciada com o levantamento de dados acerca da realização de mestrados e doutorados no exterior por sociólogos brasileiros. Para realizar tal tarefa, algumas delimitações metodológicas precisaram ser definidas com intuito de orientar a correta sistematização e análise de dados. Primeiramente, é importante considerar que pesquisar aquilo que se pode definir como os “sociólogos brasileiros” é uma tarefa que depende diretamente da própria ação do investigador em circunscrever as fronteiras que caracterizam este campo de intelectuais. O presente estudo não se propõe a mapear a totalidade da comunidade intelectual de sociólogos brasileiros formados no

exterior durante o período da ditadura militar (1964–1980), mas sim a analisar um subconjunto específico e analiticamente consistente. Dito isso, o caminho metodológico escolhido para contornar as imprecisões foi trabalhar, exclusivamente, com a busca por docentes vinculados a programas de pós-graduação da área de sociologia.

Além disso, fez-se necessário construir uma definição clara daquilo que se compreende como sociólogo “brasileiro”, posto que a nacionalidade estrita nem sempre caracteriza processos de socialização comuns, em muitos casos ocorridos desde a infância, que permitem que indivíduos nascidos em outros países, e que vivem, ou viveram, no Brasil, possam ser considerados “brasileiros” para os fins dessa pesquisa. Nesse sentido, para a construção da base de dados, foram considerados “sociólogos brasileiros” os docentes que estiveram vinculados a programas de pós-graduação avaliados pela CAPES na área de Sociologia e que tenham nascido no país, ou feito graduação no Brasil, ou mesmo realizado mestrado aqui antes de seguir para um doutorado no exterior entre (1964–1985). Este foco privilegia uma perspectiva institucional que trabalha com personagens centrais para a institucionalização dos programas de pós-graduação em sociologia no Brasil nos anos 1970–2000.

Reconhece-se que esta delimitação, embora necessária para o escopo empírico deste artigo, implica duas exclusões importantes: a) pesquisadores atuantes em programas interdisciplinares e b) sociólogos brasileiros que, por motivos de exílio político ou opção profissional, permaneceram vinculados exclusivamente a instituições estrangeiras. Embora estes últimos grupos sejam cruciais para a história intelectual brasileira, conforme abarcado em trabalhos como os de Garcia (2004) e Gusmão (2011), sua incorporação integral exigiria estratégias de rastreamento internacional e tratamento de dados que ultrapassam os limites e objetivos desta pesquisa.

A Plataforma Lattes foi escolhida como principal fonte empírica devido à sua capilaridade na sistematização de trajetórias acadêmicas, permitindo o rastreamento de dados cruciais como instituições, financiamentos e temas de pesquisa. Embora sujeita a imprecisões decorrentes do preenchimento autodeclaratório e retrospectivo, a plataforma revelou-se o meio mais viável para a reconstrução histórica almejada, superando, neste

escopo, a consulta a arquivos de fundações internacionais (como Ford, Rockefeller e USAID). Investidas preliminares revelaram que parte significativa dessa documentação está dispersa, sujeita a procedimentos internos de autorização e, quando disponível, nem sempre permite identificar com clareza o nível da bolsa ou a vinculação posterior dos beneficiários ao campo sociológico brasileiro, gerando risco de integração fragmentária de dados. Assim, a opção pelo Lattes firmou-se como fundamento da sistematização dos dados, situando a investigação arquivística como uma etapa complementar futura para o refinamento das hipóteses sobre as redes de formação.

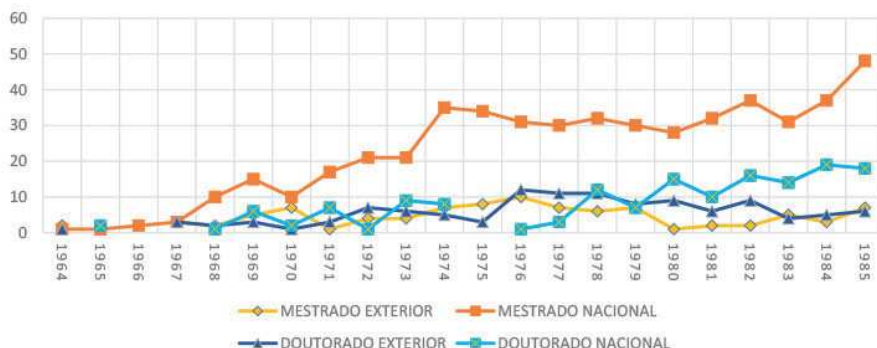
A constituição do *corpus* de pesquisa iniciou-se pela identificação dos sociólogos brasileiros na base de ‘Dados Abertos’ da Plataforma Sucupira (CAPES), especificamente na série histórica de docentes de pós-graduação ativa entre 2000 e 2019. Embora esse recorte temporal implique certa subnotificação de intelectuais aposentados antes do ano 2000, a amostragem demonstrou-se robusta e representativa para o período de formação analisado (1964–1985). Definida a lista de nomes, procedeu-se à extração automatizada dos currículos na Plataforma Lattes em formato XML, cujos dados foram processados via software Base-X utilizando-se linguagem de programação. Esse procedimento permitiu consolidar uma base final de 627 sociólogos, dos quais 176 realizaram sua pós-graduação no exterior e 451 completaram sua formação exclusivamente em instituições nacionais durante o interstício da ditadura militar.

Estabelecida a base de dados, o estudo avançou para a análise da circulação internacional desses agentes. Inicialmente, examina-se a morfologia desse fluxo, comparando os números dos pesquisadores que fizeram mestrado e doutorado no exterior com os daqueles que permaneceram no país. Na sequência, investigam-se as fontes de financiamento que viabilizaram a mobilidade acadêmica, correlacionando-as aos países de destino para evidenciar as dinâmicas geopolíticas subjacentes. Por fim, o trabalho empreende um diagnóstico do perfil temático das teses e dissertações, levantando hipóteses preliminares sobre como a formação no exterior pode ter influenciado suas agendas de pesquisa.

3. Sociólogos e pós-graduação: Brasil x Exterior

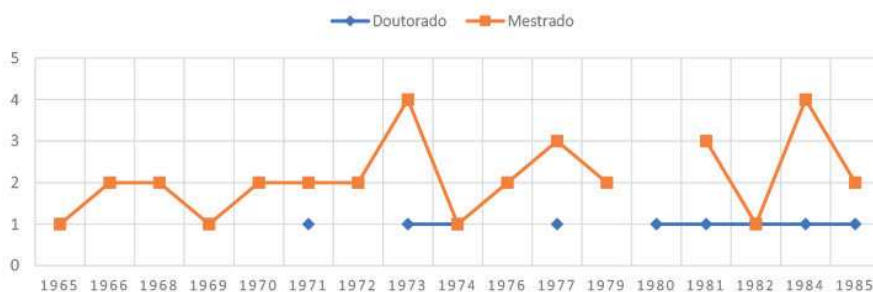
No que se refere ao doutorado, a inflexão rumo à formação nacional ocorre mais tardiamente, impulsionada pelas diretrizes do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975–1979) da CAPES. Com a base instalada de doutorados ainda restrita a cinco programas em meados da década de 1970, foi somente a partir dos anos 1980 que a expansão da rede interna — que atingiria 35 cursos em 1985 — permitiu a inversão dessa tendência. Tal mudança reflete-se nos indicadores de 1979 a 1985: enquanto o ingresso em doutorados nacionais experimentou um incremento de 157% (elevando-se de 7 para 18), a saída para centros estrangeiros sofreu uma retração de 25% (caindo de 8 para 6), evidenciando o êxito das políticas de consolidação a cadêmica local.

Gráfico 1 - Sociólogos ingressantes em pós-graduação:
Brasil x Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

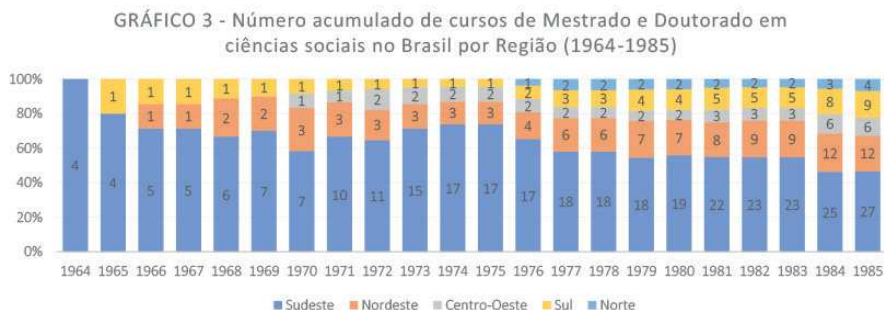
GRÁFICO 2 - Criação de novos cursos de Mestrado e Doutorado em ciências sociais no Brasil (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, nota-se uma diversificação regional maior na qualidade de programas de pós-graduação após 1975, com um aumento da proporção de instituições fora do Sudeste, posto que esta região representava 73% do total de cursos no ano de 1975 e passou a ocupar 58% no ano de 1985. É importante mencionar, contudo, que a diversificação regional que passa a ocorrer na segunda metade do período aqui analisado, ocorre apenas em nível de mestrado, dado que durante todo intervalo de 1964–1985, os únicos cursos de doutorado estavam nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, posto que cinco eram em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e dois em Brasília.

A apresentação dos dados permite evidenciar a interconexão entre as políticas de desenvolvimento e a reestruturação acadêmica durante o regime militar. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975–1979), elaborado sob o governo Geisel em meio à crise global do petróleo, aprofundou a associação entre a ciência e o desenvolvimento nacional. O plano focou na autonomia industrial e tecnológica, priorizando setores estratégicos como energia nuclear, bens de capital e petroquímica, e reforçando a exigência de P&D em empresas (De Barros, 1998). Essa convergência da agenda de C&T foi coordenada pela Secretaria de Planejamento (Seplan) sob João Paulo dos Reis Velloso (Closs, 2002; De Barros, 1998), levando a medidas concretas como a redefinição do CNPq, transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG).



Fonte: Elaborado pelo autor

O I PNPG, considerado a medida mais crucial para a transformação do ensino superior, foi estruturado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) com contribuições de especialistas norte-americanos e financiamento da USAID (De Barros, 1998). Seu diagnóstico de 1973 revelava um sistema incipiente (195 mestrados e 68 doutorados) com baixa articulação e financiamento atomizado. O plano estabeleceu metas ambiciosas para mitigar essas fragilidades e reduzir a desigualdade regional, visando formar 16.800 mestres e 1.400 doutores, além de expandir as vagas e enviar cerca de 1.400 estudantes para o exterior até o final de 1979.

A implementação do I PNPG a partir de 1975, sob a gestão de Darcy Closs na CAPES, impactou diretamente o fluxo de sociólogos. A política adotada foi de fomento híbrido (CAPES, 2002; Haguette, 2019): ao mesmo tempo em que promovia a expansão e a regionalização dos cursos domésticos, buscava-se mitigar a concentração no Sudeste com o incremento vigoroso de bolsas para o exterior. Essa estratégia resultou em um crescimento concomitante entre 1975 e 1979: houve um aumento substancial nas matrículas nacionais, impulsionado pela criação de mestrados, pareado com o ápice do êxodo acadêmico financiado, configurando este período como o momento de maior intensidade na formação de quadros fora do país.

A partir da década de 1980, contudo, nota-se um refluxo nessa tendência, impulsionado por vetores institucionais e políticos. No âmbito acadêmico, a consolidação sistêmica da pós-graduação nacional — que evoluiu da proliferação de mestrados para a implantação robusta de

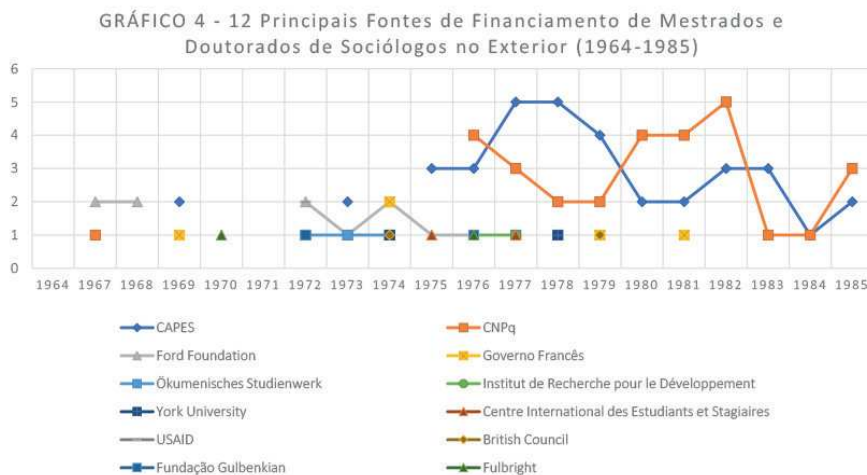
doutorados — reduziu a necessidade estrutural de formação no exterior. Paralelamente, o cenário de distensão política e transição democrática alterou a receptividade do país à intelectualidade: o arrefecimento da censura e a promulgação da Anistia tornaram o ambiente doméstico menos hostil, permitindo que pesquisadores, outrora impelidos ao exílio ou à saída estratégica, encontrassem condições de permanência e atuação no Brasil (Motta, 2014).

É mister reconhecer que o projeto estatal de autonomia científica, consubstanciado no I PNPG (1975–1979), não se efetivou pela completa autonomia, mas pelo aprofundamento estratégico dos vínculos com o exterior. O período de maior expansão da pós-graduação nacional coincidiu, paradoxalmente, com o pico no envio de sociólogos e outros cientistas para centros estrangeiros, revelando que a construção de uma eventual soberania intelectual futura alicerçava-se, no reforço do que se pode entender, nos termos de Alatas (2003), como dependência acadêmica. Segundo o autor, a dependência acadêmica em nível institucional é um fenômeno que transcende a simples mobilidade estudantil; ele denota uma condição estrutural na qual a periferia global, para legitimar seus quadros e consolidar suas instituições, vê-se compelida a recorrer à chancela de universidades e centros de pesquisa do Norte Global, submetendo sua estrutura científica aos padrões de validação impostos pela hierarquia geopolítica do conhecimento.

Esse entrelaçamento entre autonomia e dependência explica-se, em última instância, pela insuficiência da infraestrutura instalada frente às ambições desenvolvimentistas do período. O sistema de pós-graduação brasileiro, recém-moldado e sob forte influência de paradigmas norte-americanos a partir da reforma de 1968, operava com capacidade restrita e acentuada concentração regional no eixo Rio-São Paulo, mostrando-se inapto para absorver a demanda urgente por qualificação de alto nível. Dessa forma, o recurso à formação externa não figurava apenas como uma preferência aleatória, mas como uma política orientada a superar as limitações do sistema de pós-graduação nacional a partir de instituições já prestigiadas e consolidadas no exterior.

4. Fontes de Financiamento

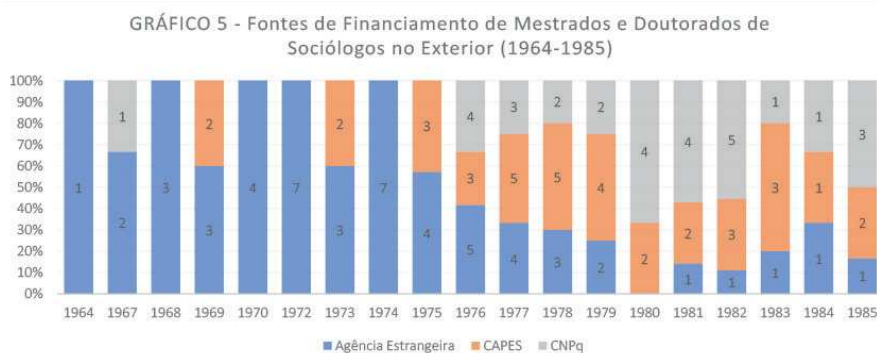
A análise das fontes de financiamento entre 1964 e 1975 revela a hegemonia da Fundação Ford, única a manter fluxo contínuo, notadamente no quinquênio 1970–1975. Esse período, anterior ao fortalecimento institucional ensejado pelo I PNPG, caracteriza-se pela pulverização de recursos: para além de apoios incipientes da CAPES e CNPq, a mobilidade dependia de uma miríade de agências de cooperação e filantropia — como OEA, USAID, Gulbenkian, Rockefeller e Ökumenisches Studienwerk — desprovidas de regularidade estrutural. Já a partir de 1975, estabelece-se um novo paradigma de fomento caracterizado pela hegemonia da CAPES e do CNPq. Juntas, essas agências assumem protagonismo ininterrupto, respondendo por 69% das bolsas no período (37% CAPES e 32% CNPq): sua participação conjunta ultrapassa a marca de 50% já em 1976, atinge a totalidade em 1980 e encerra 1985 em 72%. Em contrapartida, a atuação de outros organismos nacionais manteve-se residual, restrita a concessões pontuais da FAPESP e FAPRGS (1971) e da EMBRAPA (1977).



Fonte: Elaborado pelo autor

Esses dados permitem algumas considerações, primeiramente a respeito do papel de organismos estrangeiros na concessão de bolsas no período de 1964 a 1975. Dado o processo ainda germinal de desenvolvimento

das agências nacionais no campo da ciência, tecnologia e ensino superior, CAPES e CNPq, até o ano de 1975, o país encontrava-se à mercê de agências, programas e organizações orientadas à disponibilização de financiamento para estudos fora do país. Nesta fase a influência norte-americana sobre a ditadura brasileira é mais forte, com presença direta desde agentes mobilizados em projetos de desenvolvimento, consultoria técnica até a construção de modelos institucionais (Amorim, [s.d.]; Canêdo, 2018; Machado, 1993; Miceli, 1993; Smith, 1993; Reis, 1993; Silke Weber, 1993). A experiência de reforma universitária em 1968 é exemplo notório dessa influência no ensino superior, coadunada ao debate acerca dos acordos MEC/USAID no período e à adoção do modelo universitário inspirado no estadunidense (Bomeny, 2001). Disto isso, organizações, direta ou indiretamente, alinhadas aos interesses norte-americanos na consolidação da hegemonia cultural e econômica na América Latina, como Fundação Ford, Fundação Rockefeller, USAID, e OEA, operaram como importantes atores na aproximação de estudantes brasileiros de organizações educacionais norte-americanas.



Fonte: Elaborado pelo autor

A atuação do regime militar no interior das agências de fomento foi determinante para a produção do vácuo institucional que marcou a primeira fase do período. Na CAPES, observou-se uma retração drástica nos investimentos em bolsas no exterior após a edição do AI-5, somada ao corte de provimentos para as ciências sociais (Gonçalves, 2002). Simultaneamente,

o CNPq destinava uma quantidade ínfima de recursos à área, cujo fortalecimento tardio na estrutura do órgão resultou em um financiamento residual para sociólogos entre 1964 e 1975 (Domingos, 2011; Schwartzman, 1982). Esse esvaziamento deliberado, conjugado à presença ativa de agências estrangeiras — notadamente as norte-americanas —, pavimentou o caminho para o aprofundamento da dependência acadêmica em relação aos Estados Unidos, preenchendo a lacuna estatal com recursos exógenos. Paralelamente, a dinâmica repressiva do Estado operou, ainda que de forma não planejada, como um vetor de internacionalização forçada. Nesse cenário, organizações de solidariedade transnacional, como a alemã *Ökumenisches Studienwerk* (ÖSW), tornaram-se vitais; vinculada à Igreja Luterana, a entidade financiou pós-graduações para intelectuais em situação de risco, especialmente entre 1972 e 1977, período de recrudescimento da perseguição política (Ribeiro, 2020).

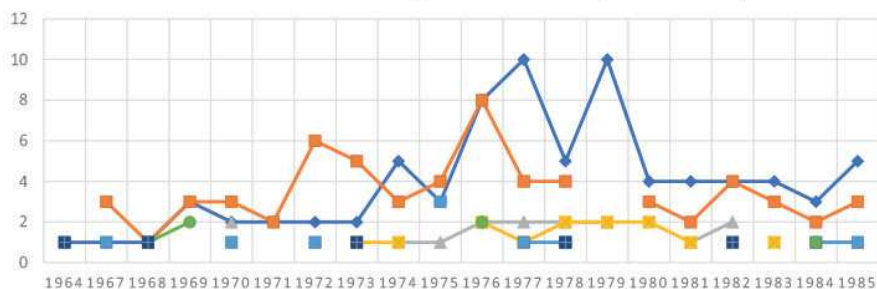
Assim, tanto o descaso institucional quanto a violência direta do Estado canalizaram os fluxos acadêmicos para o Norte Global — fosse via projetos de desenvolvimento ou ajuda humanitária —, reforçando a hegemonia de centros que já gozavam de prestígio junto às elites brasileiras. As consequências geopolíticas dessa canalização, que consolidou destinos específicos no mapa da formação sociológica nacional, serão detalhadas a seguir.

5. Países de destino

A análise da distribuição geográfica das titulações obtidas no exterior descortina padrões de concentração que refletem as filiações históricas e a hierarquia do sistema acadêmico mundial. A cartografia dos destinos evidencia a primazia da França, que concentra 79 títulos de mestrado e doutorado (37,98%), seguida pelos Estados Unidos com 63 (30,29%), Grã-Bretanha com 18 (8,65%), México com 13 (6,25%) e Alemanha com 10 (4,81%), completando-se o quadro com Bélgica (6; 2,88%), Itália (5; 2,40%), Canadá (4; 1,92%), Israel, Costa Rica e Chile (2; 0,96% cada), além de Suécia, Polônia, Áustria e Argentina (1; 0,48% cada). Em termos temporais, observa-se uma inflexão na hegemonia: os Estados Unidos lideram a recepção de estudantes até 1975, sendo superados pela França a

partir de 1977, enquanto Grã-Bretanha e Alemanha mantêm um fluxo constante e o México experimenta maior procura entre 1978 e 1982. Sob uma perspectiva macrorregional, esses indicadores ratificam a dependência acadêmica em relação ao eixo Euro-Americano (Alatas, 2003) e às matrizes históricas das ciências sociais brasileiras, dado que a Europa absorveu 58% do contingente (121 estudantes) e a América do Norte 32% (67), restando à América Latina 8% (18) e à Ásia 0,9% (2), sem qualquer registro de formação na África ou Oceania.

GRÁFICO 6 - 7 Principais Países de Destino em Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

No caso da América Latina, o papel do Chile na formação intelectual de atores das ciências sociais nacionais é bastante explorado na literatura, porém, nos casos analisados, essa influência não se converteu na realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Contudo, é relevante pontuar a presença contínua do México a partir do ano de 1976. O caso mexicano pode ser explicado pelo aprofundamento institucional local a partir da década de 1970. Como descrito nos trabalhos de Trindade (2021) e Reyna (2007), a fase que vai de 1970 a 1975 é caracterizada no México por uma considerável expansão nas instituições no campo da educação superior, como o aumento do número de Campus da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), além do crescimento de suas Escolas de Estudos Profissionais e criação do Centro de Pesquisas e Docência Econômicas (CEDE). É nesse período que a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) se transfere do Chile para a Cidade do México, fazendo com que a capital mexicana seja um espaço de concentração de importantes instituições científicas. Mais do que isso, a relevância mexicana nesse período também teria ligação com o processo de fluxo de intelectuais e estudantes latino-americanos exilados de países sob regimes repressivos. Segundo Reyna (2007), apesar de naquele momento o México também estar sob um governo autoritário, o país utilizou o acolhimento a exilados como um meio de se legitimar frente à população. Por consequência, o próprio aumento na demanda institucional devido aos processos migratórios, ao tensionar o sistema universitário mexicano, contribuiu para a expansão de instituições e contratação de novos docentes, visando responder ao novo público.

Esses dados expressam, conseqüentemente, a hegemonia das nações do Norte Global sob a formação acadêmica de sociólogos brasileiros no período aqui estudado. A força dos Estados Unidos e França, observada nos números de ingressantes, visibiliza a continuidade de relevância destas duas tradições intelectuais sobre o campo acadêmico brasileiro desde os anos 1930, quando professores e pesquisadores destas nações contribuíram para a formação de instituições em ciências sociais no Brasil. O prestígio da intelectualidade europeia se confirma aqui no momento em que se observa que tal região é a que mais recebeu sociólogos brasileiros, tendo, para além da França, destaque para a Inglaterra e a Alemanha. Ainda que a presença

mexicana seja marcante nos dados, não pôde romper com os padrões de hegemonia de nações do Norte Global, demonstrando como a formação intelectual de brasileiros neste período foi desigualmente conformada.

É importante destacar que, ainda que a mobilidade de sociólogos brasileiros rumo à Europa e aos Estados Unidos encontrasse lastro na robustez institucional desses centros e nas políticas de fomento nacionais, tal dinâmica transcende a mera conveniência logística, constituindo a própria materialização das assimetrias que definem a geopolítica do conhecimento. O fluxo unilateral, impulsionado pela incipiência da pós-graduação nacional, ratificava a primazia do Norte Global como detentor exclusivo da legitimidade e do prestígio acadêmico, convertendo a formação externa em um imperativo de titulação. Contudo, como abarcado nas reflexões da contribuição decolonial, a pragmática desse recurso não elide seu caráter estruturalmente desigual; ao contrário, engendrou uma dependência que extrapolou a dimensão institucional para enraizar-se no plano do saber teórico (Lander, 2003). Esse processo lega permanências históricas marcadas pela deferência acrítica a cânones exógenos e pela adoção de agendas de pesquisa que, frequentemente, interpretam a experiência nacional sob o viés da incompletude ou da inadequação frente aos modelos importados (Walsh, 2004; Rosa, 2022).

6. Perfil temático de dissertações e teses

Para traçar um retrato aprofundado do fluxo de sociólogos brasileiros formados no exterior, empreendeu-se uma análise das linhas temáticas de seus trabalhos de mestrado e doutorado, baseada na indexação de títulos e palavras-chave na Plataforma Lattes. O levantamento revela a preponderância de quatro áreas que, em conjunto, somam 44% do total da amostra: a Sociologia Rural lidera com 26 trabalhos (12,5%), seguida de perto por Política e Democracia com 24 (11,54%). Em terceira posição encontra-se Estado e Classes Sociais — categoria estritamente ligada ao vocabulário marxista — com 22 (10,58%), e, por fim, a Sociologia do Desenvolvimento com 21 trabalhos (10,10%). O restante da produção distribui-se em tópicos como Sociologia Urbana, Sociologia da Educação, Estudos sobre Mulheres e Sexualidade, e Populações Afro-Brasileiras, cada

um pontuando entre 7 e 12 trabalhos. É notável, também, o registro de apenas 5 trabalhos dedicados à Teoria Social.

Tabela 1 — Frequência Temática Geral: Mestrados e Doutorados de Sociólogos Brasileiros no Exterior — (1964–1985)

Área de Estudo	Frequência	Porcentagem (%)
Sociologia Rural	26	12.50
Política e Democracia	24	11.54
Estado e Classes Sociais	22	10.58
Sociologia do Desenvolvimento	21	10.10
Sociologia Urbana	12	5.77
Sociologia da Educação	11	5.29
Estudos sobre Mulheres e Sexualidade	8	3.85
Populações Afro-Brasileiras	7	3.37
Sociologia do Trabalho	6	2.88
Sociologia da Ciência e Tecnologia	6	2.88
Teoria Social	5	2.40
História do Brasil	5	2.40
Sociologia da Cultura	5	2.40
Etnologia Indígena	5	2.40
Economia	4	1.92
Sociologia da Religião	4	1.92
Psicossociologia	4	1.92
Demografia	3	1.44
Pensamento Social Brasileiro	3	1.44
Teologia	2	0.96
Antropologia da Cultura	2	0.96
Geografia Humana	2	0.96
Antropologia Urbana	2	0.96
Filosofia, Antropologia da Saúde, Teoria Antropológica, Administração, Antropologia Social, Estatística	1	0.48
Total	208	100.00

Analisando o perfil das temáticas que orientaram os trabalhos de mestrado e doutorado aqui citados, podem-se levantar algumas considerações de caráter geral a respeito da diversidade de questões aqui abordada. A primeira delas versa sobre a preocupação, disseminada em vários trabalhos, com a questão da modernização da sociedade brasileira. Verifica-se que o interesse por tal problemática atravessa as principais linhas temáticas aqui descritas, encontrando, contudo, maior ênfase nas áreas de sociologia rural e do desenvolvimento. Observa-se que uma parte considerável desses trabalhos estava analisando os processos de transformação do meio rural brasileiro a partir da introdução de novas tecnologias, relações de trabalho, formas de exploração da terra e da aproximação com o mundo urbano. Além disso, mais diretamente no campo da sociologia do desenvolvimento, uma preocupação importante é como dimensões do capitalismo periférico brasileiro se integravam, dependentemente, com o desenvolvimento do sistema capitalista global em sua totalidade. Em ambos os casos, a preocupação com a modernização da sociedade brasileira é elemento central que transpassa as obras.

Destaca-se que as teorias da modernização, intensamente presentes na produção das ciências sociais no interior da década de 1970, têm sido alguns dos principais alvos da crítica decolonial e pós-colonial nas últimas décadas (Bhambra, 2014; Costa, 2006; Quijano, 2000). Essas abordagens tensionam justamente como as teorias da modernização operaram no campo das ciências sociais enquanto mecanismos de reprodução do imaginário colonial aplicado à explicação sociológica, o que se expressa, principalmente, no estabelecimento de modelos de desenvolvimento que seguem experiências históricas modelares de nações do Norte Global.

Não cabe aqui, dada a limitação da natureza dos dados observados, inferir que a produção de sociólogos brasileiros analisada neste tópico é resultado direto desse tipo de abordagem, e que, por consequência, reproduza no campo teórico e analítico as marcas coloniais de um imaginário evolucionista que reduz as experiências nacionais a exemplares de condições sociais arcaicas em contato com a modernidade. Contudo, é digno de nota, que as temáticas abordadas nos trabalhos em questão, ao se aproximarem das questões caras às teorias da modernização vigentes em grande medida

no período, podem ter sido influenciadas por características coloniais, o que expressaria, também, como a formação em universidades do Norte Global pode ter contribuído para a reprodução de imaginários sociológicos que tomam o Brasil a partir de uma linha evolutiva eurocentrada.

Além disso, a análise dos títulos e palavras-chave dos trabalhos de mestrado e doutorado revela um foco geográfico e temático inegável: a vasta maioria das investigações se dedica a objetos posicionados no Brasil, abrangendo desde o nível nacional até estudos de caso regional ou local. Essa inclinação à compreensão de problemas nacionais não é aleatória, mas sim um reflexo estrutural das principais tradições intelectuais das ciências sociais brasileiras, historicamente orientadas para a compreensão da modernização e do desenvolvimento do país. A ascensão de Florestan Fernandes à Cadeira de Sociologia I da USP em 1954 foi fundamental para a consolidação desse *ethos* acadêmico de viés nacional. Sua visão redefiniu os critérios de excelência intelectual ao exigir a “obrigatoriedade da pesquisa empírica” e a estrita “conexão entre o conhecimento sociológico produzido e os processos contemporâneos de transformação social” (Pulici, 2008). O objetivo era ambicioso: criar um conhecimento com independência capaz de substituir o símbolo de “sociologia *made in France*” pelo da “sociologia feita-no-Brasil”, respondendo às “exigências da situação” e ao compromisso social crítico.

Contudo, essa orientação eminentemente nacional transcende o projeto de Florestan na USP. A ênfase na questão brasileira também foi pauta central para outras matrizes intelectuais. Por um lado, os estudos vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) pautaram a problemática nacional majoritariamente pelo crivo do desenvolvimentismo, buscando entender os desafios e as vias para o progresso autônomo. Por outro lado, essa valorização da pesquisa empírica localizada em objetos circunscritos foi reforçada pela incorporação de matrizes metodológicas de influência norte-americana, destacando-se a figura de Donald Pierson em São Paulo. Adicionalmente, os influentes estudos sobre relações raciais promovidos pela UNESCO nos anos 1950 em São Paulo, com a participação de intelectuais de diversas escolas, também convergiram para a

compreensão das singularidades do Brasil, focando nos paradoxos da formação social e da modernidade incompleta.

Contudo, as tradições intelectuais mencionadas, que revelam um foco preponderante nas singularidades do Brasil e nas estruturas de desigualdade da modernização conservadora, também precisam ser interpretadas à luz da divisão global do trabalho intelectual (Alatas, 2003; Connell, 2020; Hountondji, 1997). Deve-se compreender que a hierarquia do campo científico global, estabelecida por um processo histórico de dominação, concentrou prestígio e a produção de teoria social em universidades de centros de pesquisa do Norte Global. Consequentemente, a intelectualidade de regiões como América Latina, África e Ásia foi historicamente entregue à função de reprodução de parâmetros teóricos exógenos, aplicando-os a casos exemplares localizados em suas próprias nações. A observação da baixa dedicação à Teoria Social e a quase ausência de produções sobre realidades não-nacionais entre os sociólogos formados no exterior reforçam essa percepção, indicando que a geopolítica do conhecimento conformou a natureza de seus trabalhos, além de ter direcionado o próprio fluxo de formação.

Contudo, essa tendência à análise do caso brasileiro não pode ser resumida à passiva reprodução das relações globais de poder. A preocupação com problemas de matriz endógena pode ser lida também como a expressão de uma tradição intelectual nacional profundamente comprometida com suas questões específicas. É nesse sentido que a defesa de uma sociologia endógena, proposta por Hountondji (1997), ganha relevância: ao advogar o enfrentamento das questões locais, o autor busca mitigar o efeito da “extroversão mental”, ou seja, a orientação excessiva dos intelectuais do Sul Global para a produção teórica do centro. Sob essa ótica, a ênfase no objeto nacional, em vez de ser vista apenas como um sintoma da divisão do trabalho, poderia ser interpretada como um elemento de autonomia e de resistência de uma tradição sociológica voltada para a compreensão dos paradoxos internos do país.

É fundamental, no entanto, reconhecer a limitação do presente estudo em resolver essa tensão analítica com profundidade. A análise dos títulos e palavras-chave não permite inferir com precisão em que medida

essas produções estão mais próximas da reprodução acrítica de modelos exógenos ou de uma sociologia autenticamente comprometida com a compreensão de contextos nacionais fora de um viés eurocêntrico. É plausível que ambos os processos estejam intrinsecamente entrelaçados em muitos dos trabalhos analisados. Esta ressalva não invalida a incidência da geopolítica do conhecimento na estruturação da produção; apenas sugere que a natureza final desses trabalhos se constituiu em uma síntese complexa, agregando simultaneamente elementos de dependência estrutural e de autonomia intelectual.

6 Conclusões

Este artigo realizou uma aproximação entre o campo da história das ciências sociais no Brasil e as problemáticas relativas à geopolítica do conhecimento. Debruçou-se aqui sobre a compreensão de uma dimensão central da carreira acadêmica: o processo formativo ao nível de pós-graduação. Tal fenômeno foi estudado no interior de um período em que o fluxo internacional em cursos de mestrado e doutorado intensificou-se no Brasil, nomeadamente a vigência da ditadura militar no país, observando-se uma área específica, a sociologia. Dito isso, a atividade de investigação se empenhou em responder à seguinte pergunta: em que medida a realização de cursos de pós-graduação por sociólogos(as) brasileiros no exterior, durante a ditadura militar, expressa as desigualdades de poder que caracterizam a geopolítica do conhecimento?

No intervalo de 1964 a 1975, primeira fase do regime militar, anterior à publicação do I PNPG (1975–1979) e do fortalecimento de agências de financiamento de bolsas de estudo internacionais, foi possível notar que o número de sociólogos formados no Brasil e no exterior possui patamares similares, passando a se modificar após os anos 1980, principalmente no caso dos doutorados. Além disso, observou-se que o fluxo de sociólogos em busca de formação acadêmica, durante o período da ditadura militar em sua totalidade, correu para os países de maior prestígio acadêmico para as ciências sociais brasileiras contemporâneas: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Alemanha. Contudo, a presença do México mostra-se relevante durante os anos 1970 e 1980. Encontram-se evidências razoáveis para

creditar à proeminência dos Estados Unidos enquanto principal destino até 1975 ao papel da Fundação Ford como único financiador razoavelmente contínuo, processo que é substituído pela liderança francesa na segunda fase da ditadura militar, o que é concomitante, e pode ter relação com a criação do programa *Cafés-Cofecub* em 1978. Consequentemente, notou-se que a busca do Estado nacional em promover maior autonomia científica e tecnológica a partir de 1975 não pôde romper com laços de dependência ao nível institucional, resultando no aprofundamento da subordinação cultural e simbólica da comunidade científica brasileira para com instituições do Norte Global.

Em relação aos temas de mestrados e doutorados, as áreas de Sociologia Rural, Política e Democracia, Estado e Classes Sociais e Sociologia do Desenvolvimento foram as mais proeminentes. A maioria dos trabalhos discutiu os processos de transformação e modernização do Brasil. Na sociologia rural, foram abordadas questões como a introdução de tecnologias no campo, mudanças nas relações de produção e lutas pela terra. Na sociologia do desenvolvimento, o foco esteve na inserção do setor produtivo nacional no sistema capitalista global e nas relações de dependência econômica. A natureza das pesquisas de mestrado e doutorado indica possíveis padrões periféricos de inserção da produção acadêmica brasileira na divisão global do trabalho intelectual. Isso pode ser observado especialmente na predominância de estudos de casos nacionais e pela possível reprodução de princípios evolucionistas presentes nas teorias de modernização em voga na época. Contudo, estas evidências são apenas indiciárias e necessitam de análise mais aprofundada.

Além disso, a baixa quantidade de trabalhos teóricos originais ou a focalização excessiva na realidade nacional, deve ser matizada ao considerarmos o rico histórico de reflexões teóricas criativas que emergiram do Brasil e da América Latina, um processo que é anterior à plena institucionalização das Ciências Sociais Brasileiras no formato de pós-graduação. Mesmo antes da consolidação dos programas de mestrado e doutorado, já existiam matrizes de pensamento que buscavam ativamente produzir conhecimento situado, recusando a mera aplicação acrítica de modelos exógenos. Autores como Guerreiro Ramos e Manoel Bomfim já demonstravam a existência

de um impulso endógeno para a teorização em período anterior aos anos 1970. Esse ímpeto, que buscava construir categorias analíticas próprias e posicionadas na experiência local, sugere que a natureza dos trabalhos no início do desenvolvimento da pós-graduação (após 1960) não era determinada unicamente pela dependência, mas coexistia com uma tradição intelectual de resistência e teorização própria, que precisava ser reconhecida e fortalecida no novo contexto institucional. Mais do que isso, o impacto das Teorias da Dependência latino-americanas no cenário internacional é um exemplo notável dessa capacidade de irradiação. A força dessas análises — que souberam articular a realidade do subdesenvolvimento e da periferia com as dinâmicas do capitalismo global — reverberou intensamente, demonstrando que a periferia também consegue produzir teoria original e reconfigurar o entendimento de fenômenos sociais em escala global (Ruvituso, 2020).

No entanto, é justamente a constatação dessas experiências críticas que sublinha a urgência e a relevância desta pesquisa sobre os mecanismos persistentes de dependência e periferização nas ciências sociais brasileiras. Compreender o porquê de, apesar de contribuições contra-hegemônicas que participam da história da sociologia brasileira, a estrutura geral do campo acadêmico brasileiro ainda tender a se reproduzir em uma posição subordinada, é fundamental. Essa análise não apenas mapeia a reprodução de hierarquias, mas também abre caminhos para estratégias de autonomia e universalização da produção nacional. Estudar as estruturas de dependência é, portanto, o caminho para garantir que a produção brasileira não seja apenas relevante, mas central.

O trabalho de pesquisa realizado neste artigo evidencia a relevância da geopolítica do conhecimento enquanto dimensão a ser considerada nos estudos sobre história das ciências sociais. As assimetrias e relações globais de poder no campo do conhecimento estão diretamente imbricadas na natureza dos atores e instituições envolvidos no desenvolvimento do campo sociológico brasileiro. Isso, contudo, não implica na nulificação das dinâmicas locais, nacionais e condicionantes outros que extrapolam a geopolítica do conhecimento na conformação de tais fluxos, ainda que se conectem a ela em determinados momentos. Acredita-se ser a partir de

uma leitura detida deste processo de constituição do campo, com atenção às relações de poder que o submeteram, e seguem submetendo, que podem-se encaminhar novos direcionamentos e alternativas não submissas de construção intelectual das ciências sociais brasileiras.

Referências

ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599–613, 2003.

ALATAS, Syed Farid. Academic dependency in the social sciences: reflections on India and Malaysia. *SSRN Electronic Journal*, v. 38, n. 2, 2015.

AMORIM, Felipe Cordeiro de. *The birth of a discipline: o convênio Ford–Iuperj e a modernização da ciência política no Brasil (1967–1973)*. [s.d.]. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

AVEIRO, Tatiana Maria Martins. *Uma análise do Programa Capes-Cofecub entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil como ferramenta de cooperação internacional*. 2016. Tese (Doutorado) – Université Sorbonne Paris Cité, Paris.

BHAMBRA, Gurinder K. Introduction: knowledge production in global context: power and coloniality. *Current Sociology*, v. 62, n. 4, p. 451–456, 2014.

BOMENY, Helena. Newton Sucupira e os rumos da educação superior. In: **BOMENY, Helena** (org.). *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília: INEP, 2001. p. 128.

BRANDÃO, Maria de Azevedo R. A constituição da política de pós-graduação no Brasil: 1965–1975. *Ciência e Cultura*, v. 29, p. 4, 1977.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Caderno CRH*, v. 28, p. 59–76, 2015.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002.

CAMIC, Charles. The matter of habit. *American Journal of Sociology*, v. 91, 1986.

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES, João; GUARNIERI, Fernando. 50 anos da revista *Dados*: uma análise bibliométrica do seu perfil disciplinar e temático. *Dados*, v. 60, n. 3, p. 623–661, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto; SZWAKO, José. Biblioteca bourdieusiana ou como as ciências sociais brasileiras vêm se apropriando de Pierre Bourdieu (1999–2018). *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 91, p. 1–25, 2020.

CANÊDO, Letícia. The Ford Foundation and the institutionalization of political science in Brazil. In: *The social and human sciences in global power relations*. [s.l.]: Springer, 2018. p. 243–266.

CAPES. *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CHACON, Vamireh. *Formação das ciências sociais no Brasil: da Escola do Recife ao Código Civil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CIGALES, Marcelo. *A sociologia católica no Brasil (1920–1940): análise sobre os manuais escolares*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CLOSS, Darcy. Entrevista concedida ao CPDOC/FGV. In: CAPES. *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 68–83.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes M.; VELOSO, Mariza. Três olhares, um só foco: a sociologia na Universidade de Brasília. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. esp., p. 921–938, 2016.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Theory from the South: or, how Euro-America is evolving toward Africa*. London: Routledge, 2012.

CONNELL, Raewyn. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. London: Routledge, 2020.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117–134, 2006.

COSTA, Sérgio. Teoria por adição. In: MICELI, Sergio (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 25–51.

DE BARROS, Elionora Maria Cavalcanti. *Política de pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.

DOMINGOS, Marcelo. A trajetória do CNPq. *Acervo*, v. 24, n. 2, p. 19–40, 2011.

GARCIA, Afrânio. O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964–1985). In: ALMEIDA, Ana Maria F. et al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. São Paulo: [editora], 2004.

GONÇALVES, Suzana. Entrevista concedida ao CPDOC/FGV. In: CAPES. *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 44–55.

GUSMÃO, Neusa. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. In: *COOPEDU — Congresso Portugal e os PALOP: cooperação na área da educação*. 2011. p. 283–299.

HAGUETTE, André. Da audácia originária à consolidação normatizada da CAPES. *Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 1, p. 205–218, 2019.

HAMBURGER, Ernst Wolfgang. Para quê pós-graduação? In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s.d.]. p. 81–92.

HOUNTONDJI, Paulin J. *Endogenous knowledge: research trails*. Dakar: CODESRIA, 1997.

KEIM, Wiebke. Social sciences internationally: the problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. *African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie*, v. 12, n. 2, p. 22–48, 2008. **LIEDKE FILHO, Enio Dantas.** A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, n. 14, p. 376–437, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880–1970). *Dados*, v. 56, p. 727–767, 2013.

MACHADO, Maria Beatriz. *A Fundação Ford, a Finep e as ciências sociais*. 1993. [Tipo de trabalho não informado].

MAIA, João Marcelo E. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71–94, 2011.

MAIA, João Marcelo E. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology*, v. 62, n. 7, p. 1097–1115, 2014.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das ciências sociais no Brasil: a sociologia. *Ciência & Trópico*, v. 33, 2009.

MARTINS, Carlos Benedito; CAPES. A formação do sistema nacional de pós-graduação. In: *A educação superior no Brasil*. Brasília: INEP, 2002. p. 70–87.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice, 1989.

MELO, Manuel Palácios Cunha. *As ciências sociais no Brasil contemporâneo*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro.

MELO, Manuel Palácios Cunha. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1997.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice, 1989. p. 72–110.

MICELI, Sergio; SMITH, Brian. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Editora Sumaré, 1993.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920–1945). In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adriana; ROMERA, Eduardo. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. *Sociologias*, v. 20, p. 108–137, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira. O sistema de C&T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 3, n. 6, 2006.

PAULA FILHO, Wilson de. Pós-graduação: instrumento ou estorvo da tecnologia nacional? *Dados e Ideias*, v. 2, n. 2, p. 31–38, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215–232, 2000.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

REIS, Elisa Pereira. A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ. In: MICELI, Sergio; SMITH, Brian (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

REYNA, José Luis. A institucionalização das ciências sociais no México. In: *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada*. 2007.

RIBEIRO, Matheus Almeida P. A divisão global do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social (2000–2016). *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 52, n. 2, p. 209–249, 2021.

RIBEIRO, Matheus Almeida P. *As expressões da divisão internacional do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.

RIBEIRO, Matheus Almeida P. Geopolítica do conhecimento e teoria: um estudo sobre a circulação de teoria nas revistas de ciências sociais brasileiras. *Arquivos do CMD*, v. 10, n. 1, p. 290–314, 2022.

RIBEIRO, Mariana C. B. Através de Becas Salvar Vidas: a Obra Ecumênica de Estudos (ÖSW-Bochum-Alemanha). *Páginas (Rosario): Revista Digital de la Escuela de Historia*, v. 12, n. 29, p. 3, 2020.

ROSA, Marcelo C. Theories of the South: limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. *Current Sociology*, v. 62, n. 6, p. 851–867, 2014.

ROSA, Marcelo C. Yoruba indigenous sociologies: Africa, disconcertment and ontologies in contemporary sociology. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 32, p. 389–408, 2019.

ROSA, Marcelo C.; RIBEIRO, Matheus Almeida P. Como se faz teoria social no Brasil? Hagiografia, extroversão intelectual e avanços (2010–2019). *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 94, 2021.

ROSA, Marcelo C. Por uma ética da ontoformatividade: reflexões e proposições sobre a relação ontológica entre teoria e pesquisa na sociologia contemporânea do Sul Global. *Sociedade e Estado*, v. 37, p. 885–906, 2022.

RUVITUSO, Clara I. From the South to the North: the circulation of Latin American dependency theories in the Federal Republic of Germany. *Current Sociology*, v. 68, n. 1, p. 22–40, 2020.

SCHMIDT, Benício V.; MARTINS, Carlos Benedito. O acordo Capes-Cofecub no contexto da pós-graduação brasileira. In: *Diálogos entre França e Brasil: formação e cooperação acadêmica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2005. p. 151–165.

SCHWARTZMAN, Simon. *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

SILKE WEBER. A Fundação Ford e as áreas de Sociologia e Economia no Nordeste. In: **MICELI, Sergio; SMITH, Brian** (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993. p. 147–152.

SUCUPIRA, Newton. A pós-graduação: entre a autenticidade e a alienação. *Projeto Educação*, v. 4, 1979.

TRINDADE, Hégio Henrique Casses. *Uma longa viagem pela América Latina: invenção, reprodução e fundadores das ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

TRINDADE, Hégio Henrique Casses. Os 50 anos do Mestrado em Sociologia e Política da UFRGS: a ousadia e competência estratégica do seu fundador. *Revista Debates*, v. 17, n. 3, p. 18–33, 2023.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano; VIEIRA, José Glebson. Folclore, antropologia ou ciências sociais: a autonomização de um campo científico no Rio Grande do Norte. *Ratões: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 40, n. 2, p. 252–273, 2020.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha. Cientistas sociais e vida pública. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 37, n. 3, p. 351–529, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. Doutores e teses em ciências sociais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 41, p. 453–516, 1998.

WALSH, Catherine. Colonialidad, conocimiento y diáspora afro-andina: construyendo etnoeducación e interculturalidad en la universidad. In: *Conflicto e (in)visibilidad: retos en los estudios de la gente negra en Colombia*. 2004.

Recebido em 15/02/2024
Aceito em 07/11/2025
Versão final em 13/12/2025
Publicado em 25/03/2026

Graduate Studies and the Geopolitics of Knowledge: The Training of Brazilian Sociologists Abroad during the Military Dictatorship (1964-1985)

Abstract

This article bridges the history of the Brazilian social sciences with discussions on the geopolitics of knowledge by analyzing the graduate training of Brazilian sociologists abroad during the military dictatorship. Based on data from 176 researchers, it examines destination countries, funding sources, and research themes. Between 1964 and 1975, the United States emerged as the primary destination, initially highlighted by the continuous support of the Ford Foundation, followed subsequently by the rise of France after 1975. Although the State sought greater scientific autonomy after 1975—strengthening CAPES and CNPq through the I PNPG (National Postgraduate Plan)—institutional dependence on foreign entities persisted. Among the research themes, modernization, development, and rural sociology stand out, suggestively indicating an adherence to the sociology of modernization. The national sociological field is understood as being caught in the tension between dependence and autonomy, reinforcing the importance of understanding its historical formation in the face of global asymmetries.

Keywords: Geopolitics of knowledge; Graduate studies; Sociology of sociology; History of the social sciences; Military dictatorship.